

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**13ª Sessão Ordinária de 2018**

**(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 20/08/2018, págs. 1/27)**

Dia: 28/08/2018

Hora: 11:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3  
Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação das Atas da 2ª Sessão Extraordinária (10/08/2018) e da 12ª Sessão Ordinária (14/08/2018).

1.A) Apresentação do relatório “Eles ficam até morrer – Uma vida de isolamento e negligência em instituições para pessoas com deficiência no Brasil”, pelos representantes no Brasil da Human Rights Watch – HRW, Dra. Maria Laura Canineu e Dr. Carlos Ríos Espinosa (Fortalecimento das atividades de fiscalização e monitoramento previstas na Recomendação CNMP n.º 64/2018).

Incluído na Pauta da 7ª Sessão (24/04/2018)

2) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001416/2014-59

Requerente: Aray Seara Nunes de Matos

Requerido: Ministério Público da União

Assunto: Requer a determinação ao Secretário-Geral do Ministério Público da União para o imediato cumprimento do art. 32 da Lei n.º 11.415/2006, de maneira a anular o ato que determinou a não renovação da requisição do requerente. Pedido de Liminar.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão (26/06/2018)

3) Correição n.º 0.00.000.000140/2017-34

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária no 4º Ofício da Procuradoria do Trabalho no Município de Londrina – Paraná.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

4) Correição n.º 0.00.000.000143/2017-78

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Geral Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

- 5) Correição n° 0.00.000.000144/2017-12  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público Federal  
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Geral Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público Federal no Estado do Amazonas.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Distrito Federal
- 6) Correição n° 0.00.000.000145/2017-67  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Geral Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público do Trabalho no Estado do Amazonas.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Distrito Federal
- 7) Correição n° 0.00.000.000146/2017-10  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público Militar  
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Geral Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público Militar no Estado do Amazonas.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Distrito Federal
- 8) Correição n° 0.00.000.000161/2017-50  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada nas 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Atalaia – Alagoas.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Distrito Federal
- 9) Correição n° 0.00.000.000022/2018-15  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária Temática sobre o Sistema de Execução Penal no Estado do Rio Grande do Sul.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Distrito Federal
- 10) Correição n° 0.00.000.000064/2018-48  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada na 2ª Promotoria de Justiça de Delmiro Gouveia – Alagoas e na Promotoria de Justiça de Mata Grande – Alagoas.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 12ª Sessão (14/08/2018)

- 11) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.000226/2014-14 (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.000183/2012-13)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Federal  
Advogado: José Leovegildo Oliveira Morais – OAB/DF n.º 16484  
Assunto: Processo administrativo disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 04/07/2017

- 1) Pedido de Providências n.º 1.00717/2016-53  
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições. Ofensa a autonomia funcional do Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle externo da atividade policial. Manifestações populares em vias públicas.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: São Paulo  
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Pedido de Vista em 05/07/2017

- 2) Proposição n.º 1.00056/2017-10  
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correições e Inspeções.  
Relator: Cons. Sílvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

#### Pedido de Vista em 10/10/2017

- 3) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Pernambuco  
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

#### Pedido de Vista em 24/10/2017

- 4) Pedido de Providências n.º 1.00006/2017-97 (Recurso Interno)  
Recorrente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil  
Advogados: Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Priscilla Lisboa Pereira – OAB/DF n.º 39915  
Recorridos: Ministério Público Federal; Tiago Modesto Rabelo  
Objeto: Ministério Público Federal. Recomendação MPF-PRM/ILH-GAB 03 N.º 05/2016. Pagamento de honorários advocatícios nos contratos celebrados entre advogados e a Administração Pública. Valores repassados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, atual FUNDEB. Suposta violação de prerrogativas da classe dos Advogados. Pedido de anulação da referida Recomendação.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Bahia  
Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva

#### Pedido de Vista em 14/11/2017

- 5) Reclamação Disciplinar n.º 1.00046/2017-75 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Lucas Fernandes Bernardes  
Advogado: Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF n.º 20.522  
Embargado: Monique Cheker de Souza  
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Trata-se de Reclamação Disciplinar instaurada em face de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Rio de Janeiro  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedido de Vista em 28/11/2017

- 6) Proposição nº 1.00973/2017-77  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Declarar a incompetência do CNMP para questões atinentes ao Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Presidente

Pedidos de Vista em 12/12/2017

- 7) Proposição nº 1.00582/2017-16  
Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Atuação dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Lauro Machado Nogueira
- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00636/2017-43 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Krishnamurti Lopes Mendes França  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Análise. Incorporação de gratificação de função. Gratificação de risco de vida. Conforme decisão do PCA CNMP nº 1.00221/2015-07. Membro Krishnamurti Lopes Mendes França.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha
- 9) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01003/2017-52  
Requerente: Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo (SINDIPÚBLICOS)  
Advogado: Marcos Gomes Ribeiro – OAB/ES n.º 21094  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Irregularidades em contratações temporárias. Contrato 82/2015. Prejuízo a nomeações de candidatos aprovados no Concurso Público 02/2013.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Espírito Santo  
Vista: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

#### Pedidos de Vista em 05/02/2018

- 10) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00147/2017-64  
Requerente: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Requeridos: Ministério Público do Trabalho; Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região  
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Espírito Santo. Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região. Movimento grevista da Polícia Militar estadual. Providências adotadas pelo Ministério Público estadual. Suposta interferência e incompetência de atuação por parte do Ministério Público do Trabalho. Pedido de liminar e de sigilo.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Espírito Santo  
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha
- 11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01059/2017-07  
Requerente: Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Portarias SGMP POR – 746/2017, SGMP POR – 747/2017 e SGMP POR – 751/2017. Remoção de servidoras da Ouvidoria. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Pernambuco  
Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva

#### Pedido de Vista em 27/02/2018

- 12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00931/2016-91 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

#### Pedido de Vista em 10/04/2018

- 13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01158/2017-99  
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia  
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia  
Interessado: Clícia Pinto Martins  
Advogado: Marcio Melo Nogueira – OAB/RO nº 2.827  
Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. Conselho Superior. Procedimento de Impugnação de Estágio Probatório. Vitaliciamento. Afronta à Lei Complementar Estadual nº 93/93  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Rondônia  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

#### Pedidos de Vista em 24/04/2018

- 14) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00956/2016-59 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Associação do Ministério Público de Pernambuco  
Advogado: Sandoval de Arruda Beltrão Júnior – OAB/PE nº 22382  
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha
- 15) Pedido de Providências nº 1.00179/2018-03 (Recurso Interno)  
Recorrente: Sindicato dos Servidores Públicos do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – SINDSEMP/MG  
Advogado: Raimundo Cezar Britto Aragão – OAB/DF nº 32147  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Vedação ao Procurador-Geral de Justiça de editar Resolução. Codificação, identificação, critérios e lotação. Cargos de que trata o art. 2º, da Lei Estadual nº 22.618/2017. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Origem: Minas Gerais  
Vista: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

#### Pedidos de Vista em 22/05/2018

- 16) Reclamação Disciplinar nº 1.01024/2017-03 (Recurso Interno)  
Recorrente: Francisco de Jesus Lima  
Advogado: Bruno Fabricio Elias Pedrosa – OAB/PI nº 15339  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Reclamação disciplinar autuada em desfavor da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Santa Catarina  
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha
- 17) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00329/2018-43  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí. Manifestação em redes sociais. Violação dos deveres funcionais. Falta de urbanidade com as partes, testemunhas, funcionários e auxiliares da Justiça. Conforme constatado na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00161/2018-11. Portaria CNMP-CN nº 105/2018.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Pedidos de Vista em 12/06/2018

- 18) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00469/2017-77  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Mato Grosso  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Mato Grosso. Lei Complementar n.º 0416/2010. Infração disciplinar. Agressão física e moral. Conduta privada reprovável e incompatível com exercício do cargo. Reclamação Disciplinar n.º 1.00159/2017-16.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
- 19) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00338/2018-34  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná. Manifestação durante discurso na IV Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Paraná. Inobservância do dever legal de guardar decoro pessoal e manter conduta pública ilibada.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Pedidos de Vista em 26/06/2018

- 20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00241/2018-68  
Requerente: Manoel Dias da Purificação Neto  
Advogado: Leonardo Sales de Aguiar – OAB/PE nº 24583  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Conselho Superior. Concurso de promoção por merecimento. Recusa diante de processo administrativo disciplinar em andamento.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Pernambuco  
Vista: Cons. Luciano Nunes Maia Freire



- 21) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00313/2018-77  
Requerente: Associação Paraibana da Advocacia Municipalista  
Advogado: Marco Aurelio de Medeiros Villar – OAB/PB n.º 12.902  
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba  
Interessados: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional da Paraíba  
Advogado: Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979  
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Controle. Recomendações para rescisões de contratos de prestação de serviços jurídicos firmados entre sociedades de advogados e Prefeituras. Desrespeito à Recomendação CNMP n° 36/2016. Determinação de não instauração de inquéritos e/ou Ações Cíveis Públicas por haver contratos firmados entre advogados e Municípios. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Paraíba  
Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Processos com julgamento iniciado

- 22) Proposição n° 1.00059/2015-09  
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal
- 23) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00567/2018-95  
Requerente: Marcos Antônio Ferreira das Neves  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Anteprojeto de Lei Complementar que altera a LCE n.º 057/2006. Redefinição de data para eleição do Procurador-Geral de Justiça. Cerceamento do direito de votar e determinar diligências em processo administrativo. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Pará

## Processos Remanescentes

### Incluído na Pauta da 20ª Sessão Ordinária (24/10/2017)

24) Pedido de Providências nº 1.00786/2017-01

Requerentes: Artigo 19 Brasil; Associação Direitos Humanos em Rede – Conectas Direitos Humanos; Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM

Advogados: Camila Marques Barroso – OAB/SP n.º 325.988; Rafael Carlsson Gaudio Custodio – OAB/SP n.º 262.284; Henrique Hollunder Apolinario de Souza – OAB/SP n.º 388.267; João Paulo de Godoy – OAB/SP n.º 365.922; Marcos Roberto Fuchs – OAB/SP n.º 101.663; Cristiano Avila Maronna – OAB/SP n.º 122.486

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Harmonização da atuação institucional. Cumprimento da Resolução CNMP nº 20/2007. Uso das forças policiais na limitação do direito de manifestação e associação pelo Governo do Estado de São Paulo.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: São Paulo

### Incluídos na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (14/11/2017)

25) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)

Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega

Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n. 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Rio Grande do Norte

26) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00631/2017-75

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Apuração. Legalidade. Provimento nº 20/2016, art. 16 e art. 35. Procuradoria Geral de Justiça. Teto remuneratório. Resolução CNMP nº 09/2006. Decisão proferida no PCA CNMP nº 1.00940/2016-82.

Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Origem: Ceará

27) Proposição nº 1.00752/2017-53

Requerente: Fábio George Cruz da Nóbrega

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Parâmetros para atuação do Ministério Público. Defesa do acesso e da qualidade da atenção básica de saúde e na execução das atividades relacionadas à ação nacional de saúde.

Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Origem: Distrito Federal

28) Pedido de Providências n° 1.00903/2017-55

Requerente: Thomas Santos Ferreira

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Irregularidades em progressão na Carreira de servidor. Reenquadramento do requerente para a Classe e Nível imediatamente superior. Pagamento dos valores correspondentes às parcelas remuneratórias. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Origem: Bahia

Incluídos na Pauta da 22ª Sessão (28/11/2017)

29) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00637/2017-05

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Interessado: Raimundo Nonato de Carvalho Filho

Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Análise. Incorporação de gratificação de função. Gratificação de risco de vida. Conforme decisão do PCA CNMP n° 1.00221/2015-07.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Origem: Distrito Federal

30) Proposição n° 1.00990/2017-03

Requerente: Gustavo do Vale Rocha

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não compete ao Conselho Nacional do Ministério Público substituir-se às bancas examinadoras, seja na elaboração, na correção ou na anulação de questões de provas de concursos públicos do Ministério Público brasileiro, desde que ausente ilegalidade manifesta ou violação à Resolução do Conselho.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 23ª Sessão (12/12/2017)

31) Proposição n° 1.00294/2016-71

Requerente: Gustavo do Vale Rocha

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Observância dos art. 126 a 129, da Lei n° 7.210/84 (Lei de Execução Penal – LEP). Fomento a ações voltadas ao oferecimento de cursos e disponibilização de livros às pessoas privadas de liberdade.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Distrito Federal

- 32) Proposição nº 1.00977/2017-91  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não se conhece a notícia anônima, genérica, desprovida de elementos informativos mínimos. A notícia anônima, com fato concreto e grave, quando se justifica o temor do noticiante, pode ser convertida em procedimento de iniciativa do Conselheiro Relator, do Plenário, ou de qualquer Conselheiro.  
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão (05/02/2018)

- 33) Proposição nº 1.00299/2017-30  
Requerente: Conselheiro Claudio Henrique Portela do Rego  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da redação do art. 2º, caput, e §§ 3º e 7º, dos artigos 4º e 5º, caput, e acrescenta o § 8º ao art. 2º e o parágrafo único ao art. 7º, todos da Resolução CNMP nº 26/2007. Oitiva da Corregedoria Geral. Pedidos de residência fora da Comarca.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal

- 34) Proposição nº 1.00720/2017-02  
Requerente: Conselheiro Claudio Henrique Portela do Rego  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Recomendação. Atuação do Ministério Público em políticas efetivadoras de direitos fundamentais. Diretrizes para a realização ou o referendo de acordos.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal

- 35) Proposição nº 1.00940/2017-72  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A criação, extinção ou fusão de órgãos de execução do Ministério Público são medidas afetas à discricionariedade administrativa, e o Conselho Nacional não deve invalidá-las quando não se constatar violação ao interesse público.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 2ª Sessão (20/02/2018)

- 36) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00062/2016-50 (Embargos de Declaração)  
Embargante: David Evandro da Costa Carramanho  
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Procedimento Administrativo nº 9982/04-PGJ. Portarias 753/93/PGJ e 792/93/PGJ. Pagamento adicional de tempo de serviço e vantagem pessoal pelo exercício de função a membro do Parquet, sem observância da prescrição quinquenal. Processo apenso ao Pedido de Providências n.º 0.00.000.000028/2006-41.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Amazonas

- 37) Proposição nº 1.00185/2017-35  
Requerente: Conselheiro Orlando Rochadel Moreira  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
- 38) Pedido de Providências nº 1.00783/2017-40  
Requerente: Abdel Hakim Farache  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promoção de arquivamento. Denúncia de crimes ambientais cometidos pelo Aeroporto de Guarulhos.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: São Paulo
- 39) Proposição nº 1.00953/2017-88  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Ilegitimidade ativa ad causam do Sindicato que não tem o indispensável registro no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal
- 40) Proposição nº 1.00954/2017-31  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A designação de membros do Ministério Público de primeiro grau para exercer função perante a Justiça Eleitoral de primeira instância deve recair sobre o Promotor de Justiça que há mais tempo deixou de exercer a função na zona eleitoral ou que nunca a tenha exercido nessa zona ou em qualquer outra.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
- 41) Proposição nº 1.00955/2017-95  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não se permite o pagamento de verba, remuneratória ou indenizatória, criada por ato da administração superior dos ramos do Ministério Público. As vantagens de caráter indenizatório e a retribuição pelo exercício de determinadas funções, passíveis de recebimento pelos membros do Ministério Público, são apenas as previstas nas respectivas leis orgânicas.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal

- 42) Proposição nº 1.00962/2017-79  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Necessidade de apresentação das fichas financeiras e folhas de pagamento em um único documento, com a indicação clara e precisa dos pagamentos retroativos e das bases legais de cada rubrica.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
- 43) Proposição nº 1.00981/2017-04  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Nulidade dos atos que configuram nepotismo cruzado, vedado pelo art. 3º, da Resolução CNMP nº 01/05.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 4ª Sessão (13/03/2018)

- 44) Pedido de Providências nº 1.00722/2016-20  
Requerente: Luiz Inácio Lula da Silva  
Advogado: Cristiano Zanin Martins – OAB/SP nº 172.730  
Requerido: Procuradoria da República no Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Paraná. Força Tarefa Lava Jato. Violação de garantias e direitos. Afronta ao art. 8º, da Resolução CNMP nº 23/2007. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Paraná
- 45) Proposição nº 1.00994/2017-10  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A atuação do CNMP, quanto à condução dos concursos públicos organizados pelas unidades do Ministério Público, adstringe-se à verificação da observância das normas editalícias e da conformidade de tais normas à legislação vigente.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 6ª Sessão (10/04/2018)

- 46) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00619/2016-25  
Requerente: Acenildo Botelho Pontes  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Alegação de inércia. Denúncia envolvendo o Governador do Estado do Pará e a empresa Cerpasa. Demora injustificada para ingressar com ação penal. Inquérito Civil Público nº 001/2005 ainda sem conclusão.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Pará

- 47) Proposição nº 1.00109/2018-83  
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 160/2017.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal
- 48) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00166/2018-90  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins. Falta de urbanidade. Violação do dever funcional. Manifestação pública indevida. Portaria CNMP-CN nº 31/2018. Conforme informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00470/2017-89.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão (24/04/2018)

- 49) Proposição nº 1.00077/2016-72  
Requerente: Orlando Rochadel Moreira  
Objeto: Proposta de Emenda Regimental. Regulamentar o disposto no artigo 23, inciso XIII, do RICNMP. Revisão de decisão monocrática de arquivamento.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal
- 50) Pedido de Providências nº 1.01100/2017-27  
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica nº 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Distrito Federal
- 51) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03  
Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica nº 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Distrito Federal

- 52) Proposição nº 1.00107/2018-76  
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do art. 7º, § 3º e do art. 54, § 1º, do Regimento Interno do CNMP.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão (15/05/2018)

- 53) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00985/2016-39  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público brasileiro. Visa proibir que seja assegurado aos seus membros o recebimento de auxílio alimentação com efeitos financeiros retroativos até o ano de 2004.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
- 54) Proposição nº 1.01175/2017-17  
Requerente: Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Adoção de providências pelos órgãos do Ministério Público da União e dos Estados. Cumprimento dos princípios constitucionais previstos no art. 37, da Constituição Federal, nos procedimentos de dispensa de licitação com fundamento no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 55) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00194/2018-16  
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Advogado: Juliana Lemos Costa – OAB/MG nº 118956  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inércia. Regulamentação de ato normativo. Lei Complementar nº 116/2011 e Lei Ordinária nº 22.404/2016, ambas do Estado de Minas Gerais. Recomendação CNMP nº 52/2017. Realização de reuniões de conciliação para elaboração de texto final a ser publicado. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Minas Gerais
- 56) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00282/2018-08  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Geral do Trabalho em Brasília. Tratamento descortês a servidores. Falta de urbanidade.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal



Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Extraordinária (22/05/2018)

- 57) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00374/2018-06  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná  
Advogado: Fernando Boberg – OAB/PR n.º 28.212  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná. Portaria CNMP-CN n.º 117/2018. Sindicância n.º 1.00084/2018-36. Entrega de direção de veículo automotor à pessoa sob efeito de álcool. Inobservância de dever legal de manter ilibada conduta pública e particular.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Distrito Federal
- 58) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00424/2018-00  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas. Manifestação pública indevida. Utilização de redes sociais. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00066/2018-54. Portaria CNMP-CN nº 124/2018.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal
- 59) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00425/2018-64  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas. Manifestação pública indevida. Utilização de redes sociais. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.01071/2017-67. Portaria CNMP-CN nº 127/2018.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal
- 60) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00432/2018-48  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Militar  
Objeto: Membro do Ministério Público Militar. Portaria CNMP-CN n.º 138/2018. Criação de cachorros na sede do Ministério Público Militar em Manaus. Utilização de veículo oficial para fins particulares. Assédio moral contra servidores.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 9ª Sessão (29/05/2018)

- 61) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01157/2017-35  
Requerente: Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Espírito Santo  
Advogado: Marcos Gomes Ribeiro – OAB/ES nº 21094  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Decisão no Procedimento Administrativo GAMPES nº 201700137748-97, que determinou o afastamento da incidência da Resolução CNMP nº 09/2006. Determinação de cumprimento do teto remuneratório e restituição de valores recebidos irregularmente aos cofres públicos.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Espírito Santo
- 62) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00077/2018-52 (Recurso Interno)  
Recorrente: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba  
Advogado: Jocelio Jairo Vieira – OAB/PB nº 5672  
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba. Descumprimento de dever inerente ao cargo. Prática de crime. Portaria CNMP-CN nº 09/2018. Baseada na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00245/2017-92.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal
- 63) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00251/2018-02  
Requerente: Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Advogado: Monica Perin Rocha e Moura – OAB/ES nº 8.647  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Excesso de Prazo. Protocolo nº 2017.0031.3903-44. Requerimento administrativo solicitando a regulamentação por meio de portaria específica do uso do estacionamento da Promotoria de Justiça Cível de Vitória, ampliando sua utilização para servidores.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Espírito Santo

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão (12/06/2018)

- 64) Pedido de Providências nº 1.00299/2016-40 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Embargado: José Carlos Cruz  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça do 1º Ofício de Cajamar. Acesso a Inquérito Civil fora de Cartório para extrair cópias e fazer apontamentos. Negativa de liberação de vista dos autos a advogado para retirá-los em carga. Cobrança de taxas altas para extração de cópias. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: São Paulo

- 65) Sindicância nº 1.00844/2017-51 (Recurso Interno)  
Recorrente: Dermeval Farias Gomes Filho  
Recorridos: Membro do Ministério Público do Estado de Tocantins; Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Advogados: Luciana Moura Alvarenga Simioni – OAB/DF nº 1878-A; Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF nº 12.500; Roberto Baptista – OAB/DF nº 3212  
Objeto: Pedido de revisão de decisão monocrática de arquivamento proferida na Sindicância instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Tocantins.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal
- 66) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00158/2018-52  
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará – SINSEMPECE  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Interessado: Celina Maria Peixoto Tavora  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Afastamento para exercício de mandato classista. Indeferimento. Limite constitucional de servidores afastados para desempenho de mandato classista. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Ceará
- 67) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00479/2018-01  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Manifestação pública indevida. Utilização de redes sociais. Manifestação ofensiva ao Supremo Tribunal Federal. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00371/2018-37. Portaria CNMP-CN nº 155/2018.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão (26/06/2018)

- 68) Reclamação Disciplinar n.º 1.01138/2017-08 (Recurso Interno)  
Recorrente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal; Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Pedido de Revisão de Decisão Monocrática de arquivamento proferida na Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal

- 69) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00330/2018-03  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Advogado: Marcelo Almeida Sant'anna – OAB/RS nº 50.756  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Administração de empresa no ramo da avicultura. Conduta incompatível com o cargo. Município de Nonoai. Conforme informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00543/2017-91. Portaria CNMP-CN nº 57/2018.  
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Origem: Rio Grande do Sul
- 70) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00382/2018-35  
Requerente: Rosângela Mazzuco  
Advogado: Marcelo Almeida Sant'anna – OAB/RS nº 50.756  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Objeto: Ministério Público do Rio Grande do Sul. Órgão Especial do Colégio de Procuradores. Processo administrativo disciplinar PR.00035.00525/2014-4). Tratamento descortês e falta de urbanidade para com servidores, estagiários e terceirizados.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Rio Grande do Sul
- 71) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00391/2018-26  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Procuradoria do Trabalho do Município de Londrina. Falta de urbanidade. Prática de assédio moral contra estagiários e servidores. Conforme informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00901/2017-48. Portaria CNMP-CN nº 115/2018.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Paraná
- 72) Nota Técnica nº 1.00445/2018-53  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica. Projeto de Lei do Senado nº 318/2014, que altera o art. 982 da Lei 5.869/73 (Código de Processo Civil), para ampliar o inventário e a partilha extrajudiciais nas hipóteses em que houver testamento.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
- 73) Proposição nº 1.00447/2018-60  
Requerente: Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Alteração dos art. 77, §§2º e 3º, 90 do RICNMP, para modificar regra que estabelece o início da contagem do prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal

- 74) Consulta nº 1.00453/2018-90  
Requerente: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Possibilidade de aplicação retroativa das alterações promovidas pela Resolução CNMP nº 182/2017 aos casos anteriores à entrada em vigor das referidas alterações. Cumprimento de prazo de reabilitação prescrito pela Resolução CNMP nº 131/2015.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Pará
- 75) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00464/2018-99  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia  
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Manifestação Pública Indevida. Ofensas a ex-secretária executiva da Secretaria Municipal de Saúde. Município de Eunápolis. Portaria CNMP-CN nº 148/2018. Baseada nas informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00878/2017-00.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Bahia
- 76) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00480/2018-63  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conduta incompatível com o cargo. Utilização de laudo técnico ideologicamente falso. Conforme informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00543/2017-91. Portaria CNMP-CN nº 152/2018.  
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Origem: Rio Grande do Sul
- 77) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00481/2018-17  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conduta incompatível com o cargo. Prática de comércio. Conforme informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00543/2017-91. Portaria CNMP-CN nº 153/2018.  
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Origem: Rio Grande do Sul
- 78) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00482/2018-70  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conduta incompatível com o cargo. Prática do comércio. Conforme informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00543/2017-91. Portaria CNMP-CN nº 154/2018.  
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Origem: Rio Grande do Sul

- 79) Proposição nº 1.00510/2018-87  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui e regulamenta o uso do Whatsapp ou recurso tecnológico similar para comunicação de atos processuais no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Distrito Federal
- 80) Reclamação Disciplinar nº 1.00521/2018-85  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho no Estado do Paraná  
Interessados: Corregedoria do Ministério Público do Trabalho; Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Trabalho no Estado do Paraná. Remoção de membro do MPT/PR por Interesse Público.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Paraná

Incluídos na Pauta da 12ª Sessão (14/08/2018)

- 81) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00324/2016-95 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Wenceslau Braz Lopes de Barros  
Advogado: Marcelo Antonio Rodrigues Viegas – OAB/DF nº 18.503  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Processo Administrativo Disciplinar. Portaria CNMP-CN nº 92/2016. Baseada na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00193/2016-82. Apuração. 77 faltas injustificadas.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal
- 82) Reclamação Disciplinar nº 1.00624/2016-00  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia  
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024  
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Bahia.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Distrito Federal
- 83) Reclamação Disciplinar nº 1.00090/2017-76 (Recurso Interno)  
Recorrente: Thais Takahashi  
Advogado: Thais Takahashi – OAB/PR nº 34202  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Paraná.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Paraná

- 84) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00676/2017-21  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Tocantins  
Advogado: Roger de Mello Ottano – OAB/TO n.º 2583  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Tocantins. Utilização de palavras e expressões desrespeitosas e ofensivas em manifestações processuais contra menores infratores e testemunha. Reclamação Disciplinar n.º 1.00621/2017-20.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal
- 85) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00794/2017-49  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Federal  
Advogado: Lorena Maria de Alencar Normando da Fonseca – OAB/DF n.º 33.980  
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Violação do dever legal de se declarar impedido. Portaria CNMP-CN n° 169/2017. Baseada nas informações colhidas na Reclamação Disciplinar n° 0.00.000.000211/2016-18.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
- 86) Proposição n° 1.00943/2017-33  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Os membros do Ministério Público, na qualidade de agentes políticos, assumem o compromisso, inerentes a seu cargo, de se manterem à disposição dos jurisdicionados, em regime de trabalho que lhes impõe dedicação especial, sem que tal disponibilidade seja acompanhada de qualquer retribuição adicional àquelas já percebidas, seja mediante pagamento em espécie, seja mediante concessão de folgas.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal
- 87) Proposição n° 1.00984/2017-75  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Estão excluídos das vedações da Resolução CNMP n° 01/05 os ex-cônjuges ou ex-companheiros.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal
- 88) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.01113/2017-32  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Advogado: Marcelo Almeida Sant'anna – OAB/RS n.º 50.756  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Manifestação pública indevida através de rede social. Decisão proferida na Reclamação Disciplinar n° 1.00360/2017-49. Portaria CNMP-CN n° 274/2017.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Distrito Federal

- 89) Reclamação Disciplinar nº 1.00008/2018-94 (Recurso Interno)  
Recorrente: Ignez Guimarães Bolotario  
Recorridos: Membros e Servidores do Ministério Público do Trabalho em Londrina  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros e servidores do Ministério Público do Trabalho em Londrina/PR.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Paraná
- 90) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00076/2018-07  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas. Correição ordinária. Ausência de membro na respectiva promotoria. Falta de zelo. Não prestação de informações. Desobediência à norma de caráter geral.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal
- 91) Consulta nº 1.00178/2018-41  
Requerente: Ivonei Sfoggia  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Gratificação em virtude de participação em banca de concurso público para ingresso na carreira. Incidência no teto constitucional.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Paraná
- 92) Procedimento Avocado nº 1.00322/2018-68  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Advogado: Evandro Barbosa da Silva – OAB/PE nº 14.581  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Procedimento Avocado. Processo Administrativo Disciplinar Portaria CGMP nº 006/2015. Acórdão Avocação CNMP nº 0.00.000.000197/2017-33.  
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Origem: Distrito Federal
- 93) Proposição nº 1.00328/2018-90  
Requerente: Orlando Rochadel Moreira  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Distrito Federal



- 94) Pedido de Providências nº 1.00349/2018-32 (Recurso Interno)  
Recorrente: Alberto Felipe Toledo Barros  
Recorridos: Ministério Público do Estado de São Paulo; Procuradoria do Trabalho no Município de São José dos Campos  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promoção de arquivamento. Diversas denúncias protocoladas no âmbito da 46ª circunscrição judiciária. Comarca de São José dos Campos.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: São Paulo
- 95) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00364/2018-53  
Requerente: Plácido Barroso Rios  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Interessado: Maurícia Marcela Cavalcante Mamede Furlani  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. Processo Administrativo Eletrônico nº 8720/2018-5. Remoção. Necessidade de elevação da Promotoria de Justiça de Horizonte. Entrância Inicial. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Ceará
- 96) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00387/2018-03  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Afirmções falsas. Baseado nas informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00912/2017-46. Portaria CNMP-CN nº 120/2018.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal
- 97) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00407/2018-82 (Recurso Interno)  
Recorrentes: Frederico Alves Monteiro Pereira; Izelman Inacio da Silva  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Convocação em concurso para o cargo de Promotor de Justiça de 1ª entrância. Projeto de Lei Ordinária Estadual nº 606/2018. Extinção de promotorias. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Alagoas
- 98) Pedido de Providências nº 1.00446/2018-07 (Recurso Interno)  
Recorrente: Sayonara Freire de Andrade  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Acesso a autos instaurados no âmbito da Corregedoria Geral. Cerceamento de defesa. Prejuízo à requerente.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Pernambuco

- 99) Reclamação Disciplinar n° 1.00484/2018-88 (Recurso Interno)  
Recorrente: Joaquim da Silva Filho  
Advogado: Joaquim da Silva Filho Segundo – OAB/PI n.º 8695  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Maranhão
- 100) Proposição n° 1.00509/2018-25  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Distrito Federal
- 101) Proposição n° 1.00513/2018-48  
Requerente: Conselheiro Luciano Nunes Maia Freire  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Priorização da persecução penal relativa aos crimes contra vida, integridade física e de ameaça, tentados e consumados, praticados contra jornalistas, profissionais de imprensa e comunicadores no Brasil, no exercício da profissão ou em razão dela.  
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo  
Origem: Distrito Federal
- 102) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00520/2018-21 (Recurso Interno)  
Recorrente: Germano Cardoso Sociedade Individual de Advocacia  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Representação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Alegação de que a contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação é ilegal e lesiva ao patrimônio público. Descumprimento da Recomendação CNMP n° 36/2016. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Maranhão
- 103) Consulta n° 1.00544/2018-35  
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Interessado: Flavio Cezar Fachone  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Recomendação n.º 57/2017. Interpretação do art. 17. Manifestação que meramente corrobora pronunciamento ministerial proferido em primeiro grau.  
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira  
Origem: Mato Grosso

- 104) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00557/2018-40  
Requerente: Fernanda Silva Villela Vasconcellos  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. XXVIII Concurso para ingresso na carreira. Provimento de cargos de Promotor Substituto. Anulação da questão nº 51 da Prova Preambular. Republicação da lista dos aprovados. Publicação das motivações das decisões que ensejaram o indeferimento dos recursos. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Mato Grosso do Sul
- 105) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00645/2018-24  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Membro do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Manifestação pública indevida. Utilização de redes sociais. Insinuação de recebimento de vantagem ilícita por autoridades em decorrência do exercício funcional. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00609/2018-60. Portaria CNMP-CN nº 179/2018.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 106) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00654/2018-15  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí. Violação de dever funcional. Realização de ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Requerimento de arquivamento. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.01117/2017-57. Portaria CNMP-CN nº 171/2018.  
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Origem: Distrito Federal
- 107) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00656/2018-22  
Requerente: Junior Cesar Bueno e Freitas  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Declaração de Nulidade do Ato PGJ nº 17/2017 e Ato PGJ nº 16/2018. Suspensão dos pagamentos sob o título de auxílio-livro. Suspensão dos pagamentos de ressarcimento do valor despendido com a aquisição de obras jurídicas e científicas. Determinação de devolução aos cofres públicos dos valores auferidos por membros a título de auxílio-livro. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Goiás

108) Remoção por Interesse Público nº 1.00657/2018-86

Requerente: Vivian Carla Cardoso Amorim

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará

Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Terceirização do Hospital Geral de Parauapebas. Alegação de prática de crimes de improbidade administrativa e prevaricação.

Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Origem: Pará

Processos desta Sessão (28/08/2018)

109) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00741/2016-65 (Embargos de Declaração)

Embargante: Ministério Público do Estado da Bahia

Embargado: Tamar Oliveira Luz Dias

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Declaração de Vacância. Decisão instrumentada no Ato nº 372/2016, da Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Bahia. Direito à declaração de vacância, em razão de posse em outro cargo público. Possibilidade de recondução.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Origem: Bahia

110) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00058/2017-27

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público Federal

Advogado: João Batista de Almeida – OAB/DF nº 2067

Objeto: Membro do Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Improbidade Administrativa. Apropriação ilegal de ajuda de custo. Remoção de Umuarama para Foz do Iguaçu. Vantagem patrimonial indevida. Baseada na Sindicância CNMP nº 0.00.000.000316/2016-77.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

111) Proposição nº 1.00300/2017-71

Requerente: Walter de Agra Júnior

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Recomendação. Prioridade para as ações de prevenção e combate à obesidade infantil e promoção da alimentação saudável e do aleitamento materno.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

112) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00475/2017-05 (Embargos de Declaração)

Embargante: Ministério Público do Estado de Tocantins

Embargado: Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira

Objeto: Ministério Público do Estado de Tocantins. Portarias que contrariam o Princípio do Promotor Natural. Resoluções nº 01/2015 e nº 02/2013, do Colégio de Procuradores. Vedação de nomeação de Promotor "ad hoc".

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Tocantins

- 113) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00574/2017-89  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Advogado: José Fabio Marques Dias Junior – OAB/MT n.º 6.398  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Negligência no exercício das funções. Descumprimento de deveres funcionais. Desobediência aos prazos processuais. Reclamação Disciplinar n.º 1.00613/2016-01.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal
- 114) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00708/2017-52  
Requerente: Luciano Taques Ghignone  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ouvidoria. Suposto nepotismo na Prefeitura Municipal de Itabuna. Arquivamento indevido de notícia de fato. Usurpação de atribuição do órgão de execução. Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Moralidade Administrativa. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Bahia
- 115) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00780/2017-80  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Advogados: José Fabio Marques Dias Junior – OAB/MT n.º 6.398; Ignez Maria Mendes Linhares – OAB/MT n.º 4.979  
Objeto: Membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Prática de ato incompatível com a dignidade e decoro do cargo. Portaria CNMP-CN nº 159/2017. Baseada na Sindicância CNMP nº 0.00.000.000417/2016-48.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal
- 116) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00814/2017-18  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Apuração. Regularidade do pagamento de vantagens baseado em decisão proferida no Mandado de Segurança nº 2006/002015100-3. Decisão PCA CNMP nº 1.00933/2016-07.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal
- 117) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01047/2017-55 (Recurso Interno)  
Recorrente: Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público – ANSEMP  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Requerimento de afastamento de técnico ministerial. Mandato classista. Afastamento a partir do protocolo do requerimento e não da investidura no cargo sindical. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Ceará

- 118) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01097/2017-88  
Requerentes: Ariel José Guimarães Nascimento; Bruno Pinto e Silva; Luis Eduardo Souza e Silva; Vera Leilane Mota Alves de Souza  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Lista de antiguidade. Critério de desempate. Tempo de serviço público. Não consideração do tempo de carreira no Ministério Público. Exercício de cargo de Promotor em outros Estados.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Bahia
- 119) Procedimento Avocado nº 1.01143/2017-76  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Interessados: Membros do Ministério Público do Estado do Pará  
Advogado: Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA nº 21.233  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Procedimento Avocado. Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2017-CGMP/PA. Cumprimento do acórdão proferido na Avocação CNMP nº 1.00853/2017-42.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Pará
- 120) Reclamação Disciplinar nº 1.00147/2018-54 (Recurso Interno)  
Recorrente: Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary  
Advogado: Fabio Costa de Almeida Ferrario – OAB/AL nº 3.683  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Interessados: Ministério Público Federal; Corregedoria Geral do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público Federal no Estado de Alagoas.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Alagoas
- 121) Reclamação Disciplinar nº 1.00160/2018-68 (Recurso Interno)  
Recorrente: Ignez Guimaraes Bolotario  
Recorrido: Membros do Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membros do Ministério Público do Trabalho em Londrina/PR.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Paraná
- 122) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00207/2018-01  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará  
Advogado: Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA nº 21.233  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Prática de ato incompatível com o cargo. Prática de ato reprovável. Portaria CNMP-CN nº 75/2018. Informações colhidas na Sindicância CNMP nº 1.00200/2018-26.  
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva  
Origem: Distrito Federal

123) Reclamação Disciplinar nº 1.00219/2018-63 (Recurso Interno)

Recorrente: Rosemary Souto Maior de Almeida  
Advogado: Evandro Barbosa da Silva – OAB/PE nº 14.581  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Pernambuco

124) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00386/2018-50

Requerente: Thiago Belisario Andrade Santos  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Interessados: Arabella Lino Rosa dos Santos; Bruna de Macedo Breda; Caio Emanuel Severiano Santos e Sousa; Christiano José de Paula Xavier; Fernanda Lima Cunha; Francisca das Chagas Osterno; Fundação de Apoio à Educação e Desenvolvimento Tecnológico; Karoline Vasconcelos Arruda Andrade Silva; Marcela dos Santos Souza; Maria Daniele Viana da Silva; Pedro Ramos de Oliveira Neto; Roberio Lopes Batista; Silas José da Silva; Vanessa Priscila Rodrigues Rabelo Souza; Victor Machado Puppim; Yuri Osterno Prado  
Advogado: Caio Cesar Espírito Santo do Nascimento – OAB/BA nº 40.678  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Concurso para provimento de cargo de Promotor de Justiça Substituto. Edital nº 31/2018. Alegação de vícios na prova preambular. Quebra de sigilo. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Bahia

125) Reclamação Disciplinar nº 1.00403/2018-68 (Recurso Interno)

Recorrente: Karlheinz Johannes Krey de Meneses  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Bahia.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Bahia

126) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00426/2018-18

Requerente: Manoel Louback Vieira Junior  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Concurso para ingresso na carreira. Cargo de Promotor de Justiça Substituto. Resolução nº 142/2017, do Conselho Superior. Explicitação do critério de quantificação dos candidatos negros que serão classificados na segunda fase do certame. Retificação da Resolução para reserva de 30% do total de vagas.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Bahia

127) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00474/2018-33 (Embargos de Declaração)

Embargante: Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary

Advogado: Fabio Costa de Almeida Ferrario – OAB/AL n.º 3.683

Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Objeto: Membro do Ministério Público Federal no Estado de Alagoas. Usurpação de atribuições do Ministério Público Estadual. Falta de cuidado com informações sigilosas requisitadas. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP n° 1.00147/2018-54. Portaria CNMP-CN n° 113/2018.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

128) Proposição n° 1.00537/2018-51

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acréscimo do inciso IV ao art. 1º da Resolução n.º 40, de 26 de maio de 2009. Cômputo de serviço voluntário que exija a prática reiterada de atos que demandem a utilização preponderante de conhecimentos jurídicos. Comprovação de atividade jurídica em concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

129) Proposição n° 1.00538/2018-05

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Possibilidade de os membros do Ministério Público da União e dos Estados exercerem o encargo de síndico de edifício em condomínio em que residam ou sejam proprietários.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

130) Revisão de Processo Disciplinar n° 1.00548/2018-50

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Advogado: Luciana Claudia de Oliveira Costa – OAB/RN n.º 3456

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar n° 55.842/2017-CGMP/RN. Aplicação de penalidade conforme art. 215, I, da Lei Complementar Estadual n° 141/1996.

Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Origem: Rio Grande do Norte



- 131) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00607/2018-53  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Militar  
Objeto: Membro do Ministério Público Militar. Processo Administrativo Disciplinar. Promotor de Justiça Militar. Abandono de cargo. Faltas injustificadas superiores a 60 dias intercalados. Período de fevereiro de 2015 a janeiro de 2016. Delegação irregular de atribuições ministeriais. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00472/2017-36. Portaria CNMP-CN nº 156/2018.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal
- 132) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00628/2018-04  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás. Manifestação pública indevida. Ofensa à imagem de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Menosprezo à atribuição constitucional do Ministério Público. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00530/2018-76. Portaria CNMP-CN nº 172/2018.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Distrito Federal
- 133) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00669/2018-38  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná. Portaria CNMP-CN n.º 183/2018. Inquérito Civil n.º MPPR-0046.15.019762-5. Expedição e cumprimento de notificação pessoal, contrariando deliberação firmada por Grupo Especializado na Proteção do Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa. Divulgação de assunto sigiloso. Reclamação Disciplinar n.º 1.00353/2018-55.  
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho  
Origem: Distrito Federal
- 134) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00670/2018-90  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Portaria CNMP-CNM n.º 181/2018. Conduta incompatível com o cargo. Ofensa à Procuradora de Justiça e a Desembargador. Frequência habitual de manifestações reprováveis, desrespeitosas e vulgares. Reclamação Disciplinar n.º 1.00155/2018-91.  
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo  
Origem: Distrito Federal

135) Pedido de Providências nº 1.00689/2018-27 (Recurso Interno)

Recorrente: Leandro Rosa da Silva

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Promoção de arquivamento. Procedimento RD.01548.00126/2018. Promotoria de Justiça Criminal de Viamão.

Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira

Origem: Rio Grande do Sul

136) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00693/2018-40 (Recurso Interno)

Recorrente: Raphael Perisse Rodrigues Barbosa

Recorrido: Ministério Público Federal no Estado de Goiás

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Goiás. Violação ao Princípio do Promotor Natural. Reconhecimento da legitimidade para oferecimento de alegações finais nos autos da Ação Penal nº 0000863-34.2018.4.01.3500. Pedido liminar.

Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Origem: Goiás

**RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE**  
**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público**